

O plenário do Congresso, mais uma vez, não atendeu à convocação e prorrogou por mais um dia a votação da LDO

Orçamento

CORREIO BRAZILIENSE

10 JUL 1990

# Congresso tenta votar, outra vez, Lei das Diretrizes Orçamentárias

O Congresso Nacional tenta votar hoje, às 14h, a Lei das Diretrizes Orçamentárias. Esse é um projeto polêmico e que vem recebendo inúmeras obstruções, desde o final do mês de junho, porque as esquerdas descobriram ser impossível encerrar o período legislativo sem que a matéria esteja votada. O objetivo da obstrução é manter Legislativo em funcionamento, para que o Senado aprove a política salarial.

Existem duas fórmulas para que a LDO seja votada e aprovada hoje: a aprovação da política salarial pelo Senado, na sessão da manhã, e outra, mais difícil e complicada, que é a presença de no mínimo 248 deputados e 38 senadores em plenário, para que não falte quorum.

No primeiro caso apostam os partidos de esquerda, especialmente PT e PDT. Eles querem

que haja certeza de uma política salarial para os trabalhadores e já estão pensando mais longe. Caso a política salarial seja aprovada no Senado e mais tarde seja vetada pelo presidente da República, eles terão outro problema: derrubar o veto presidencial.

Por isso, ontem à tarde, os dois partidos encaminharam um documento ao senador Iran Saraiva (PMDB/GO), um dos vice-presidentes da Mesa do Congresso. Nesse requerimento eles exigem que a sessão das 14h seja considerada ordinária — ao contrário do termo extraordinária usado pelo presidente Nelson Carneiro — e, para que as matérias em votação tenham sequência normal, esperam que sejam colocados em pauta — antes da LDO — nada mais, nada menos, que 56 vetos presidenciais.

No documento assinado pelo

líder do PDT, deputado Doutel de Andrade (RJ) e pelo líder em exercício do PT, deputado Paulo Paim (RS), eles argumentam que o número de vetos em pauta é muito grande. Para Doutel de Andrade, “os líderes governistas podem até dar quorum para a votação da política salarial no Senado. Depois, eles não permitirão a aprovação dos vetos e um possível veto do presidente Collor será o último da fila. Não o apreciaremos antes de um ou dois anos”. De fato, há vetos até de Sarney na pauta.

Para garantir a rápida aprovação desses vetos, PT e PDT se comprometem a retirar os destaques que fizeram a essas matérias. Eles aprovariam os vetos, para que “possamos examinar um possível veto à política salarial imediatamente”, como disse o deputado Paulo Paim.